

## EDITORIAL



# O outro meio caminho para a pobreza

### Cortar a eito nas prestações sociais pode abrir uma ferida difícil de sarar a longo prazo

Ontem foram publicados dois relatórios sobre Portugal; um da OCDE sobre a economia e um outro da Unicef sobre o impacto que a crise está a ter nas crianças. Sendo dois relatórios distintos, tocam-se e cruzam-se num ponto essencial: a importância das prestações sociais.

A OCDE diz que Portugal é um dos países da Organização onde as despesas sociais menos corrigem as situações de pobreza; não porque o Estado não gasta o dinheiro, mas porque aparentemente gasta-o mal. O mexicano Angel Gurría identificou 13 prestações sociais em Portugal e recomendou que se colocasse um tecto à acumulação desses benefícios. O objectivo seria incentivar os beneficiários a regressar ao mercado de trabalho e evitar situações de fraude ou de abuso. A ideia não é nova. O Governo, no Orçamento do Estado, também veio propor uma medida semelhante, em que a soma das prestações sociais teria um limite. E esse limite seria o salário médio dos trabalhadores não qualificados.

Até aqui, OCDE e Governo estão de acordo. Onde começam a divergir é sobre o que fazer com o dinheiro que se poupa ao colocar um tecto aos benefícios sociais. E o Governo não sai muito bem na fotografia. Enquanto a OCDE sugere que a poupança seja utilizada para subir o valor do rendimento social de inserção (RSI), o Governo prefere canalizar a poupança (100 milhões) para o Orçamento, ou seja, enquanto a OCDE prevê uma redistribuição mais justa das prestações sociais, o Governo pretende obter uma poupança

orçamental e ponto final.

E é neste ponto que o relatório da OCDE se cruza com o da Unicef que faz um retrato dramático sobre a situação das crianças que estão a ser vítimas da crise. Os números mostram que em Portugal havia 560 mil crianças em risco de pobreza e exclusão social. Para a Unicef, o desemprego (dos pais das crianças) é meio caminho andado para se chegar a uma situação de pobreza. O resto do caminho faz-se porque o Estado tem vindo a cortar de uma forma significativa o apoio às famílias. Segundo a organização, por exemplo, 546.354 crianças perderam o direito ao abono de família entre 2009 e 2012.

Na comparação internacional, Portugal também não sai bem na fotografia. Em 2009, o Estado português investiu 1,7% do PIB em despesas com prestações familiares, contra os 2,6% da média da OCDE.

Naturalmente que em tempos de crise, mais do que nunca, o Estado deve gerir bem o dinheiro público e evitar que as prestações sociais funcionem como forma de desincentivar o regresso ao mercado de trabalho. Mas também é por estarmos em tempos de crise que deve ser exigido ao Estado bom senso na altura de cortar os benefícios sociais aos que menos têm. Não podemos chegar a uma situação em que consideremos normal repetidos depoimentos como os de Fernando, de 14 anos, que aparece no relatório da Unicef a dizer: “Quando não há comida, os meus pais fazem isto: deixam de comer para nos dar à gente.”